

# As Incidências Culturais e Ideológicas sobre os Processos Educativos e a Acção Inversa (\*)

ARMANDO DE CASTRO (\*\*)

Não é nada fácil calcular com aproximação o impacto da cultura e sobretudo das ideologias sobre os processos educativos, bem como a acção inegável destes processos sobre os sistemas ideológicos dominantes numa dada sociedade e em determinada época, bem como sua função genérica no nível cultural de um povo, o que aliás depende fortemente do grau de generalidade do sistema educativo e da medida em que ele é aproveitado na vida pós-escolar pela generalidade dos cidadãos.

Começemos por observar o impacto das ideologias sobre os sistemas educativos, visto ser esse o problema mais difícil de detectar e talvez o que maior incidência oferece.

Com efeito nós já tratamos da questão ideológica numa comunicação que de resto se encontra hoje impressa e publicada, a que demos o título «Para a Teoria das Ideologias»; não vamos por isso retomar essa análise que não mais visou do que trazer um contributo à elaboração científico-disciplinar deste importantíssimo fenómeno, simultaneamente mental e social prático (veja-se o nosso estudo «Para a Teoria das Ideologias», republicado em *Conhecer o*

*Conhecimento*, Lisboa: Editorial Caminho, Colecção Universitária, 1989, pp. 115-163).

Para o efeito que nos interessa particularmente aqui basta reter dois outros aspectos; o primeiro consiste no facto de as ideologias constituírem simultaneamente um fenómeno mental e social prático; o segundo manifesta-se na circunstância de a questão ideológica *não pertencer ao foro do conhecimento*; se nelas aparecerem fenómenos deste género, estão aí ao serviço dos interesses da lógica organizacional desse tipo de actividade mental e prática mas nunca visando a autonomia própria da actividade gnosiológica; mesmo quando se manifestam enunciados científicos no discurso ideológico, eles subordinam-se às exigências da explicação ideológica, que visa uma interpretação global não cognitiva do sujeito humano em função do seu tipo de inserção social, da sua interpretação do mundo, das opções que faz nesse mundo, das finalidades da sua conduta; finalmente — o terceiro aspecto que estou certo importar destacar neste exame, refere-se ao facto de as ideologias serem sempre *inconscientes*, quer dizer, o indivíduo que toma consciência de estar a efectuar uma interpretação ideológica, deixa de ser portador dessa ideologia — impossível a ideologia assumir-se como tal e permanecer activa no indivíduo.

A única via possível de superar esta situação

(\*) Comunicação apresentada no VII Colóquio de Psicologia e Educação, ISPA, Lisboa, Novembro de 1992.

(\*\*) Professor Catedrático, Universidade do Porto. Presidente do Conselho Científico, ISPA.

encontra-se na análise teórica ou epistemológica, quer de carácter filosófico, quer de índole ela própria científico-disciplinar.

Do destaque trazido aqui à colocação acerca da índole dos fenómenos ideológicos — e em particular do último, se é possível destacar alguns dos três focados — resulta o facto de ser uma *influência extremamente subtil* aquela que as estruturas ideológicas exercem sobre os processos educativos vigentes em qualquer sociedade.

Vamos utilizar um exemplo concreto para ilustrar com certa clareza o fenómeno para que acabamos de querer chamar a atenção.

Seja o exemplo fornecido pelas sucessivas reelaborações dos programas do ensino da filosofia nos anos terminais dos cursos secundários.

Após um período de hesitações e dos zig-zags mais variados vem-se assistindo nos últimos anos à consolidação da tendência para esvaziar este ensino do seu conteúdo racional-crítico capaz de apetrechar os jovens para as exigências e desafios da época que estamos a viver.

Em vez disso tem-se colocado o acento tónico no descritivismo histórico do pensamento filosófico, com a agravante de se acentuar o pensamento da antiguidade, quando sabemos que hoje as questões básicas são muito diferentes daquelas que predominavam nomeadamente na sociedade grega clássica que correspondeu sem dúvida a um estágio social e filosófico de pelo menos extrema juventude da humanidade.

Vão-se pondo de lado as tendências para a transmissão de conhecimentos desde uma perspectiva filosófica-epistémica moderna, quando vivemos em plena transformação tecnológica de base científica e portanto com novos desafios, problemáticas e reflexões que os avanços teóricos e mesmo metodológicos colocam aos indivíduos e à sua consciência reflexiva.

Não pretendemos a este respeito — como nos demais casos, como é óbvio, «dar uma lição de navegação enquanto o barco se afunda». Porém, a preparação epistémica especializada, detecta com facilidade este fenómeno, na medida em que é comandado por leituras ideológicas; o fenómeno é tanto mais digno de nota quanto é certo que os próprios responsáveis não têm — nem podem ter — consciência desta situação, uma vez que é a índole específica dos comandos ideológicos que impedem uma tomada de consciência de semelhante orientação;

trata-se de um exemplo acabado, em nosso entender, da influência da ideologia sobre os processos educativos; como é sabido as novas tendências desenvolveram-se sobretudo aquém de 1988 com o debate público acerca da Reforma do Sistema Educativo, a começar com a minimização do papel do ensino da filosofia nos *curricula* do ensino secundário, cuja proposta apenas mantinha esta disciplina nos planos de estudos humanísticos, substituída pela «História das Ideias e da Cultura». Em Fevereiro de 1988 a «Sociedade Portuguesa de Filosofia» alertava para a quebra de orientação tradicional que essa proposta representava; mas mais importante seria, no dizer daquela Organização, traduzir-se na violação da sua função crítica e interpretativa, devendo estimular-se o papel «intelectualmente estimulante e eficaz do ponto de vista interdisciplinar do ensino da Filosofia».

Depois disso várias análises sublinharam que o ataque ao ensino da Filosofia visava em particular apagar «a intranquilidade da dúvida com o resultado do já feito e já cumprido», nesse que seria «talvez o último reduto do humano plenamente humano», escrevia a professora da Faculdade de Letras do Porto Maria Cândida Pacheco em artigo de jornal publicado em 11 de Fevereiro de 1988, no qual se atribuía ainda esta orientação da Comissão de Reforma do Sistema Educativo a uma «tecnicidade mais produtiva da apologia e da ideologia ainda que naturalmente disfarçadas».

Assunto que não seria nem poderia ser pacífico ou neutral, consoante acentuava o professor António Aresta em artigo escrito em Março do mesmo ano, também em debate realizado em Fevereiro desse ano na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, os participantes se rebelariam contra a proposta de suprimir a Filosofia em grande parte do ensino secundário. A discussão prosseguiu depois, não valendo a pena por certo estar aqui a recordar as várias posições assumidas a este respeito.

Aquilo que pretendemos apenas vincar é que este assunto é um bom exemplo de penetração de Posições Ideológicas numa questão que reveste um grande alcance nos processos educativos.

A proposta no entanto foi por diante e aquém

de 1990 começaram a ser implementadas tanto as novas posições quanto ao ensino da filosofia no secundário, como a respeito dos novos programas adoptados para esta disciplina.

Basta acentuar que se privilegiou uma orientação voltada para a história do pensamento filosófico desde a antiguidade clássica, o que, consoante frisava em 1985 o investigador francês Max Antoine, significa que a filosofia surge antes de mais nada sob a forma de uma sucessão cronológica de nomes, com vários inconvenientes, dos quais dos menores é suspender-se o exame cerca de 1950, omitindo-se em particular os debates sobre as «crises» e os seus debates no pensamento actual, pondo-se de lado, com fundas implicações, o estudo sistemático da racionalidade quer corrente quer científica à face das mais recentes conquistas teóricas (veja-se, desse autor, o estudo «La philosophie dans les encyclopédies», na revista *Raison Présente*, n.º 75, 3.º Trim., 1985).

É certo que um programa de filosofia tem sempre de ser político e de admitir posições alternativas, no entanto aquilo que aqui se pretende salientar é que preocupações ideológicas e como tal inconscientemente assumidas podem exercer — e de facto exercem — uma influência poderosa sobre os processos educativos.

E é por esta via que se desenvolve igualmente uma acesso eminentemente cultural sobre o meio.

É certo que não identificamos *cultura com educação*.

Para nós a cultura tem um alcance eminentemente antropológico; ela significa não só o acesso a uma emergência conforme já acentuava G. Bachelard mas também o conjunto de actividades e de práticas que oferecem algo de específico ao ser humano. Daí que indivíduo educado não tenha de ser sinónimo de indivíduo culto.

A cultura é abrangente: cobre conhecimentos, ideologias, actividades sociais diferenciadas, sendo esse conjunto o seu significado antropológico.

O lugar charneira da actividade cultural não se compadece com aquilo a que já alguém chamou uma «cultura de bazar» que, pela sua superficialidade, implica incidências profundamente negativas sobre os processos educativos. Há que ter o cuidado de evitar as implicações

de fenómenos pseudo-culturais sobre a escola e a formação dos estudantes, sobretudo de jovens.

A sua inquietação emocional, estética e social prática pode com facilidade ser perturbada ou mesmo distorcida por erradas e mesmo enganadoras formas de pretensas manifestações culturais, como as que resultam de criações artisticamente irrelevantes, socialmente humanas (já nem sequer afirmamos anti-humanas) como o culto da violência, o espírito exacerbado da competição intra-humana e tantas outras manifestações que vemos espalhadas pela nossa colectividade actual. Os órgãos de comunicação social têm pesadas responsabilidades a este respeito, sobretudo a televisão e o vídeo, ao exercer uma influência inegável sobre o espírito e as próprias práticas da juventude escolar.

Não vamos certamente aqui tentar definir a cultura que abrange múltiplos parâmetros, de resto já apontados em síntese rápida porque «definir é limitar», uma vez que consoante frisou com acerto o filósofo das ciências Mario Bunge, a «Definição diz quais as condições necessárias e suficientes — é um critério comprimido: só aponta para as condições suficientes; é um mero teste» (In *Seudociência y ideologia*, 1985, p. 22).

Mas todas essas implicações que registamos aqui ao correr da pena se mantêm, não obstante o próprio exemplo da influência das ideologias sobre os processos educativos não ter sido inutilizado pela circunstância de a reforma educativa neste sector haver sido suspensa em fins de 1990, prosseguindo hoje a polémica sobre a segunda versão, tanto mais que subsistem os aspectos já focados, sendo muito menos relevantes do que esses factos como o de esses programas actuais de ensino da filosofia «serem inócuos, vagos e incoerentes, parecendo uma manta de retalhos, com algumas ambiguidades de teor confessional pelo meio».

Tão pouco tem sido prestada a devida atenção às influências culturais sobre os processos educativos, nem tão pouco à acção recíproca das actividades culturais e ideológicas sobre o ensino, quando se sabe que este reforsa aquilo a que podemos chamar «a dominância das ideologias dominantes», bem como o nível de cultura das populações escolares, aspectos tanto mais graves quanto a própria generalização da

escolaridade obrigatória — pelo menos como princípio sócio-politicamente proclamado — significa uma inter-relação crescente entre a escola e o meio, sem exceptuar naturalmente o meio cultural e ideológico.

Desta maneira, em certa medida os nichos mental e social interpenetram-se e confundem-se até, o que é fonte de numerosos processos de incidência recíproca entre os meios social e educacional.

Não estamos seguramente a proclamar uma *mátesis universal*, uma disciplina de validade genérica da qual sairiam os princípios definidores e orientadores das relações mútuas entre a cultura, as ideologias e as actividades escolares. Procura-se unicamente extrair dos ensinamentos provindo de várias disciplinas erguer alguns conceitos de origem interdisciplinar com auxílio da Sociologia, da História, da Psicologia em geral e em particular da Psicologia Social e da Ciência da Educação, com a participação activa da Psicologia na Educação Escolar — nem que sejam simples conceitos simples, «a razar o solo».

Somente se quiz cartografar alguns dos aspectos mais relevantes desta interdependência activa e inegável entre os dados culturais, ideológicos e educacionais.

Porque a importância e o alcance desta diligência é transparente — inclusive, como já foi notado há anos, socialmente só existe aquilo que conhecemos... Há por isso — aqui como nos demais planos da realidade contemporânea — que com a hagiografia na actividade científica, já que aí ela não pode ter lugar.

Chamar a atenção para a realidade desses liames mútuos e para o alcance primordial que o seu estudo assume nos nossos dias foram os

propósitos centrais desta intervenção no presente Encontro.

Agradeço a atenção dispensada e estou pronto para uma ulterior reflexão em conjunto sobre esta problemática.

#### RESUMO

*Analísam-se as relações entre a cultura e o sistema educativo, bem como a acção inversa, a qual é considerada sob o aspecto ideológico e suas incidências, considerada que não é do domínio do conhecimento mas de leitura do social. Aquela influência é múltipla e elegeu-se o exemplo dos programas do ensino da filosofia no ensino secundário para o ilustrar. Salienta-se que a cultura é mais geral do que a Educação e o Ensino e isso explica o papel poderoso das ideologias sobre o Ensino. Também se salienta o papel do Ensino sobre a Cultura e termina-se defendendo a tese de que tais influências mútuas são poderosas, pelo que os estudos a realizar devem chamar a atenção para tal situação.*

#### RESUME

*On examine ici les relations entre la Culture et l'Enseignement, bien que la action inverse, laquelle est considérée sous l'aspect idéologique que n'appartienne pas au domaine de la connaissance, mais au domaine des lectures du social. L'influence est variée et on choisit l'enseignement de la philosophie dans les écoles secondaires portugaises pour l'illustrer. On saliente que la culture est plus générale que l'Enseignement et l'Education, ce que explique les grandes fonctions des idéologies sur l'enseignement. On note aussi les fonctions de l'enseignement sur la Culture et on défende la thèse selon laquelle les études à développer doivent prendre en considération cette situation là.*